



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

**DISCURSO DO PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS
AÇORES, CARLOS CÉSAR, NA ABERTURA DOS DEBATES
PARLAMENTARES DO PROGRAMA DO IX GOVERNO REGIONAL
DOS AÇORES**

Horta, 9 de Dezembro de 2004

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Senhoras e Senhores Deputados

Na decorrência dos resultados das eleições legislativas regionais do passado dia 17 de Outubro e do acto de posse, perante esta Assembleia, do IX Governo Regional, compete-me proceder à abertura destes debates através de uma primeira apresentação dos objectivos gerais do Programa que pretendemos fazer aprovar.

Compreendo que, por razões formais, ou por razões substanciais que venham a ser evidenciadas, os partidos da oposição não o votem favoravelmente. Tal não impedirá, decerto, que o eventual mérito das suas críticas e observações não seja aproveitado pelo próprio Governo, não obstante o Programa, agora proposto, decorrer dos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista e sufragados pela maioria dos Açorianos. Sabemos o que temos feito e o que queremos fazer, temos um rumo traçado, mas não avocamos certezas que não sejam validadas, no contraditório, face às opiniões



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

de outras correntes políticas ou, noutro plano ainda, face à experiência e à participação activa e desejada dos parceiros sociais, das autarquias locais e dos Açorianos em geral.

Desenvolveremos, pois, uma prática continuada de diálogo e de fomento da participação, sem abdicar, porém, de tomar as decisões que nos cabe assumir no tempo certo. Seremos, como sempre, inteiramente responsáveis e responsabilizados por tudo aquilo que depender de nós, numa Legislatura, aliás, onde o Governo a que presido volta a ter um apoio político maioritário, mais uma vez reforçado. Ao Governo, como já tive a oportunidade de dizer, interessará, sempre mais, agir bem do que agir por conta própria.

O espaço vivencial e de elaboração da nossa Autonomia é, dessa forma, melhor assimilado e enriquecido, mas a Autonomia, em cuja defesa nos empenharemos sem vacilar, é, igualmente, um modo de nos organizarmos na relação potenciadora e inevitável com o exterior, designadamente com as referências nacional e europeia, com regiões similares e com outras, do outro lado do Atlântico, onde as correntes emigratórias açorianas deixaram, ou assinalam, muitas possibilidades ainda não totalmente aproveitadas.

No aprofundamento dessa projecção externa da Região avulta a problemática ligada à obtenção de benefícios mais efectivos resultantes da base militar americana, na ilha Terceira, ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos da América e Portugal. Pesem, embora, os indícios de uma maior atenção da parte americana face aos projectos apresentados pelos Açores, subsiste a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

necessidade de clarificação do Estado português quanto ao seu real empenho na mobilização e canalização para a Região Autónoma dos melhores efeitos daquele Acordo. Independentemente do resultado das próximas eleições legislativas nacionais e do trabalho útil que será desenvolvido pela Comissão Eventual criada por este Parlamento, o IX Governo Regional colocará este assunto no âmbito das suas prioridades de diálogo com o Governo da República.

Ao mesmo tempo, acentuaremos as nossas relações com os meios políticos norte-americanos a que temos acesso, incorporando, também, por essa via, a consideração e o apoio que devemos continuar a dispensar à nossa comunidade emigrada, quer nos Estados Unidos quer em outros países. Para além da consolidação do intercâmbio cultural, formativo e informativo, do apoio à vida associativa das comunidades e da atenção prioritária aos jovens filhos de emigrantes e ao ensino da língua portuguesa, temos como objectivo obter um relacionamento, no plano económico, mais produtivo para ambos os lados.

Não esqueceremos, a propósito, que somos hoje uma Região que recebe emigrantes de outros países e, exactamente, porque os queremos acolher da mesma forma respeitada e integradora que os Açorianos radicados em outros lugares desejaram ou ambicionam, reforçaremos os meios para ter sucesso nesse objectivo. Com esse espírito, a nova orgânica do IX Governo atribui à Direcção Regional das Comunidades a tutela simultânea dos assuntos da emigração e da imigração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

A esses novos concidadãos reservamos a nossa defesa pelo seu estatuto de dignidade social e pelas suas identidades culturais próprias, em interacção com a Região de oportunidades e de vivências culturais intensas que já somos.

De facto, a importância da cultura ganha, neste dealbar do século XXI, uma nova dimensão, sendo meu entendimento que, no plano da consolidação da Autonomia constitucional, há que entender a modernidade a partir das tradições e dos traços distintivos da nossa Região. Daí que se impõe a questão de operacionalizar as políticas culturais, integrando-as nas estratégias de desenvolvimento dos Açores e seguindo duas grandes linhas de intervenção, nas áreas do Património e da Acção Cultural.

Sendo um direito dos cidadãos, as políticas culturais visam a instrução, a informação, o exercício da cidadania, a participação democrática, através do acesso aos bens culturais, às competências de recepção e de criatividade, ao reconhecimento de uma identidade capaz de fomentar símbolos renovados, com expressão própria e comunicação descentralizada.

Por isso, ao reconhecer que os impulsos culturais são enquadrados por afeições a heranças e por legítimas ambições de inovação, as linhas orientadoras da nossa política, na área da cultura, visam essa dinâmica de equilíbrio, de modo a que uma cultura de autonomia não iniba a nossa visão universalista. Para tanto, há que promover o conhecimento de nós mesmos para que possamos, com discernimento, conhecer e reconhecer as diversidades dos outros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

Queremos que os Açorianos se reapropriem dos seus bens herdados e sejam capazes de concitar apoios à sua criatividade e de gerar novos símbolos que surpreendam e de que orgulhem os nossos vindouros. Queremos, por isso, estar presentes quando precisarem de nós.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O Programa do IX Governo Regional identifica, com suficiente clareza, o modelo de desenvolvimento que queremos seguir nos Açores. Destaco, então, os seus vectores essenciais:

- queremos promover o reforço da rentabilidade e sustentabilidade do sector primário, o que deverá acontecer através de uma acção eficaz no sentido da redução dos custos de produção, da potenciação do desenvolvimento da economia de escala e do valor acrescentado gerado pelas respectivas actividades;
- queremos afirmar a importância do sector terciário na estrutura produtiva regional, acentuando o efeito multiplicador da actividade turística na economia açoriana, incluindo o correspondente reforço do consumo interno suscitado pela ampliação do mercado;
- queremos encetar uma aposta na atracção de investimento externo diversificador da actual base produtiva, baseada no aproveitamento das vantagens comparativas decorrentes da localização estratégica da Região, das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias existentes, bem como da nossa estabilidade política e social; e, a aposta na captação de projectos inovadores, cujo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

factor crítico de sucesso assente na incorporação de novas tecnologias e na qualificação dos recursos humanos;

- queremos contribuir para o aumento do nível de educação e de formação profissional, tendo como referências os indicadores e os objectivos contidos na Estratégia de Lisboa para a União Europeia; e, finalmente,
- queremos ter em atenção a permanente adequação dos instrumentos de protecção e inserção sociais face a fenómenos persistentes, ou emergentes, de exclusão.

O desenvolvimento económico dos Açores encontrará nas políticas ambientais um factor de sustentação e valorização, prossequindo acções no domínio da conservação da natureza, da qualidade ambiental, do planeamento estratégico para os recursos hídricos, e, fazendo imperar, sucessiva e rapidamente, os instrumentos de ordenamento do território. O desenvolvimento social, também sustentado por uma oferta dinâmica do emprego, visará o fortalecimento da autonomia dos projectos de vida e das responsabilidades individuais e a eliminação de situações crónicas de dependência que sejam injustificadas.

Nesse último contexto, o governo quer prosseguir a linhas essenciais da sua política de solidariedade social, recuperar dos “deficits” que caracterizam ainda o parque habitacional na Região, os níveis de sucesso e inclusão educativos, a prevenção e os cuidados de saúde em determinadas áreas. Sabemos, no caso do Serviço Regional de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

Saúde, que é absolutamente necessário minimizar o seu problema estrutural de financiamento e teremos isso em atenção no desenvolvimento das reformas que têm sido introduzidas e que vamos continuar a executar no cumprimento do Programa do Governo.

O Governo quer, através do fomento da empregabilidade, atingir, antes do termo fixado, a taxa de emprego de 70% que a Estratégia Europeia para o Emprego fixou como objectivo a concretizar em 2010. O Governo quer, por considerar de vital importância para o nosso desenvolvimento, alcançar a dimensão de investimento na investigação científica e na inovação tecnológica definida pela União Europeia, também para 2010. Neste mesmo âmbito, queremos utilizar todos os recursos comunitários disponíveis e fomentar parcerias com entidades públicas e privadas, tendo em conta, especificamente, o investimento na divulgação da cultura científica e do ensino experimental das ciências e o aumento da penetração na sociedade açoriana das tecnologias da informação e da comunicação.

A população juvenil será, prioritariamente, alvo da maior parte destas políticas, e as ilhas, com maiores dificuldades de conexão com os melhores ritmos de crescimento ou de acesso a bens e serviços, serão objecto de medidas com impactos cuidadosamente estudados e experimentados, de discriminação positiva, inserindo-se, também com essa finalidade, a criação do Fundo Regional de Coesão e de Apoio ao Desenvolvimento Económico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

Para além das acções de política económica dirigidas directamente à coesão territorial, o Governo continuará a agir para reforçar a autonomia energética da Região, para reduzir os custos das acessibilidades e, através de uma política de promoção e apoio ao investimento privado marcada por uma clareza de médio prazo, por critérios de estabilidade e previsibilidade, a assegurar a confiança dos empresários no modelo de desenvolvimento.

Para a consolidação de um clima de confiança, mobilizador do papel crescente da iniciativa privada nos Açores, elegemos as políticas de estabilidade orçamental garantindo o equilíbrio das contas públicas como um factor estruturante. Se for preciso andar menos depressa assim o faremos, porque o que importa é que não nos aconteça o que aconteceu no País, com a deterioração das capacidades financeiras públicas e a desmotivação completa dos investidores. Essa cumplicidade indispensável, entre a autoregulação financeira do Governo e a sua capacitação para o apoio aos promotores empresariais, deverá ser um dos esteios do nosso crescimento económico, o qual, ajudado pelas políticas de desenvolvimento social, assegurará a continuidade do caminho de convergência, que estamos a fazer, com as médias da União Europeia e do País desde 1998 e 1999 respectivamente.

Não é de crer, dado o clima de restrição ao nível da administração central, que seja possível a curto prazo uma revisão positiva da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Abordaremos, por isso, com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

cuidado essa problemática, sem, porém, a excluir da nossa agenda. Outra coisa é garantir a regularização de dívidas do Governo da República à Região, nomeadamente no que toca aos acertos das transferências ao abrigo daquela Lei e às receitas fiscais, as quais, só nesses casos, rondam actualmente os 130 milhões de euros em atraso.

Nestes aspectos, o grande esforço selectivo do Governo Regional será o de promover a contenção e racionalização das despesas de funcionamento, não esquecendo, porém, que parte importante delas são investimentos indirectos na dinamização das pequenas economias locais. O objectivo mais criterioso da organização orçamental será o do pagamento do funcionamento da Administração Regional - incluindo o dos sectores da Educação e da Saúde - com as receitas fiscais e patrimoniais da Região, libertando as receitas de transferências externas para o financiamento do investimento. E o investimento, designadamente o público, sem prejuízo do plano de obras públicas e infraestruturas constante dos compromissos eleitorais do IX Governo, terá que ser predominantemente orientado na perspectiva do seu efeito multiplicador na economia, reforçando a convergência real dos Açores com os índices nacionais e comunitários de produção e de rendimento. Será, sobretudo, nesse sentido, que o Governo incrementará as políticas de cooperação técnica e financeira com a Administração Local, acautelando, é certo, a igualdade de acesso a esses apoios, mas reformulando-os de acordo com aquela orientação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

Queremos que esta Legislatura incorpore, também, avanços concretos no processo de desburocratização da administração pública, libertando incomodidades e demoras excessivas ainda existentes e ganhando fluidez e tempo precioso para todos – cidadãos e empresas. A formação e requalificação de recursos humanos na Função Pública, a simplificação procedimental no que a instrução de processos depender exclusivamente da Administração Regional, a incorporação tecnológica e a facilitação de acessos - como acontecerá com o incremento da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão - são medidas, entre outras, visando aquela agilização.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A Legislatura, que agora se inicia, será fortemente marcada pelo desenvolvimento negocial do novo período de programação da União Europeia para 2007/2013, pelo que a importância da sua preparação - quer através do Governo da República quer junto das instituições e serviços da União - é inquestionável em função da sua repercussão na qualidade do desenvolvimento regional a médio prazo.

O Governo já seleccionou os objectivos a alcançar no âmbito deste processo: garantir o montante global de apoio financeiro conseguido no III Q.C.A., o que a preços de 2007 ultrapassará os mil e duzentos milhões de euros; elaborar o Quadro Estratégico Regional em concatenação com o Quadro de Referência Estratégica Nacional, assegurando na concessão dos Programas Operacionais a competitividade e qualificação do nosso modelo de desenvolvimento;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

desenvolver as acções tendentes ao aproveitamento integral das oportunidades da nova regulamentação comunitária específica para as RUP, destacando a comparticipação de custos de funcionamento na área dos transportes; e, conceber e preparar as candidaturas à rubrica "Grandes Projectos", associadas à aquisição de meios de transporte aéreo e marítimo.

Até ao início da nova programação daremos toda a atenção à execução do PRODESA - agora reforçado em 50,8 milhões de Euros, graças, fundamentalmente, ao Prémio de Eficiência - procurando evitar a sua sobreposição com o próximo quadro de apoio; procuraremos, ainda, a aprovação de outros investimentos no âmbito do Fundo de Coesão, o acompanhamento da execução dos 115 projectos já aprovados no INTERREG III B e o cumprimento do seu fecho no primeiro semestre de 2008, tal como o faremos em relação ao LEADER, ao Programa de Desenvolvimento Rural e ao Programa Regional de Acções Inovadoras. De uma forma geral, o Governo está satisfeito pela maneira como os promotores públicos e privados têm aproveitado as disponibilidades dos cofinanciamentos europeus, sendo de realçar a mesma apreciação positiva de todas as entidades avaliadoras externas e, recentemente, do próprio Comissário Europeu para a Política Regional. Em todo este processo, agora e no futuro, releva o trabalho de parceria com as autoridades nacionais e comunitárias.

Reafirmamos, por outro lado, o empenho do Governo Regional na vitalização dos sectores económicos tradicionais, como as pescas e a agricultura, que deverão ter, perante a nossa realidade concreta,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

instrumentos de regulação e solidariedade europeias adequados à sua sustentação e competitividade. Queremos, nessas áreas, encontrar no Governo da República um aliado activo na defesa dos interesses açorianos elaborados a partir do diálogo com o governo da Região e os parceiros desses sectores aqui sedeados, em múltiplos aspectos mas particularmente no caso mais emergente de revisão do POSEIMA.

Por razões absolutamente naturais, mas também pelas envolvências mais recentes da política de pescas da União Europeia, o Governo deverá colocar um maior ênfase na fundamentação do objectivo estratégico de defesa da exploração sustentada dos recursos da zona económica marítima açoriana. Para tal, todas as diligências a empreender devem ser credibilizadas através de um suporte científico persuasivo, privilegiando para o efeito a Universidade dos Açores e a excelência do seu Departamento de Oceanografia e Pescas e as suas acções de intercâmbio com outros meios científicos europeus, ou de outros países como o Canadá.

O rumo da nossa política regional de pescas estará, pois, associado a essa posição estruturante – aliás, de largo consenso na Região - sem que, todavia, deixem de ser prioridades o reforço da competitividade e o fortalecimento do tecido económico e social do sector, bem como a permanente requalificação da frota, das infra-estruturas e dos equipamentos portuários e a reestruturação do sector industrial ajuzante.

Na agricultura, porém, torna-se imperiosa a interactividade da produção, da transformação e da comercialização, para garantir



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

eficiências, ainda desperdiçadas, nas fileiras do leite e da carne. Entre as medidas que, com o devido detalhe, são enumeradas no Programa do Governo, realço a importância que devemos atribuir à diversificação produtiva, bem como à compatibilização agro-ambiental em áreas naturais protegidas e, em especial, na conformidade com os planos das bacias hidrográficas. A reestruturação orgânica do departamento governamental de tutela, a ser aprovada proximamente, deverá contribuir eficazmente para uma melhoria do acompanhamento dos produtores agrícolas e da gestão económica dos recursos florestais, proporcionando, ao mesmo tempo, a aceleração de investimentos infraestruturais facilitadores das actividades em causa, tais como caminhos e abastecimentos de água e de electricidade.

O Governo não prescinde de valorizar as funções económicas e sociais da agricultura e das pescas no modelo de desenvolvimento dos Açores. Perante as dificuldades, com origem no enquadramento externo, devemos permanecer unidos. Perante as questões de política interna devemos estar sensíveis, atentos e disponíveis, inclusive para reconsiderar decisões tomadas. Os agricultores e os pescadores açorianos podem contar com o nosso apoio.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Ficam, desta forma, salientadas as principais linhas de caracterização da actividade governativa nos próximos quatro anos. A apresentação das orientações do planeamento e das acções anuais, que ocorrerá no



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo

primeiro trimestre de 2005, encorporará o programa agora apresentado nos seus aspectos mais circunstanciados.

Desejo muito – e tudo farei para isso – que esta Legislatura seja, uma vez mais, um período de bom governo. Sei que, de forma constante, surgem novos desafios que requerem a nossa competência, a nossa criatividade e renovadas energias. Estamos aqui para isso e por causa disso. Sabemos que o governo dos Açores é herdeiro de uma luta de sucessivas gerações, em diferentes formações históricas, pela nossa Autonomia Política. Sei que cuidar dessa herança é cuidar dos Açorianos. Foi pensando assim que li, em voz alta, o juramento que me permite, com muita honra e sentido de responsabilidade perante as Açorianas e os Açorianos, presidir pela terceira vez consecutiva ao Governo Regional dos Açores.

Humildes perante os sucessos e fortes na ultrapassagem das adversidades, aqui estão – os membros do Governo - para continuar a mudar os Açores para melhor.

Muito Obrigado

Carlos César
Presidente do Governo Regional